



**“Questão Social, Pandemia e Serviço Social:
em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

Eixo temático: Classes sociais, geração e Serviço Social

Sub-eixo: Juventude

PERFIL DE DISCENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFRN

VITÓRIA CECÍLIA NASCIMENTO DE FARIAS ¹
DANIELA NEVES ²

RESUMO

O artigo apresenta um perfil de discentes com transtornos mentais no curso de Serviço Social da UFRN, produzido através do método histórico-dialético, com um questionário estruturado online de abordagem quantiquantitativa acerca dos principais transtornos que os acometem, e sua relação com a universidade, sendo os mais destacados a ansiedade e depressão. Grande parte possuía transtornos antes da entrada na universidade, mas ela pode vir a ser um agravante. Devido à alta demanda e limitações existentes nos serviços de saúde oferecidos pela rede pública e pela UFRN, a maioria deles não é contemplada pelas ações de tratamentos à saúde mental.

1 Estudante de Graduação. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

Palavras-Chave: Saúde Mental. UFRN. Serviço Social. Transtornos Mentais.

ABSTRACT

The article presents a profile of students with mental disorders in the Social Work course at UFRN, produced through the historical-dialectical method, with an online structured questionnaire with a quantiquitative approach about the main disorders that affect them, and their relationship with the university, being the most prominent are anxiety and depression. A large part had disorders before entering the university, but it can be an aggravating factor. Due to the high demand and existing limitations in the health services offered by the public network and by UFRN, most of them are not covered by mental health treatment actions.

Keywords: Mental health. UFRN Social Work. Mental Disorders.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com a saúde mental de discentes nas universidades públicas tem sido constante, pois não só é perceptível o aumento quantitativo de estudantes acometidos com transtornos mentais, quanto as implicações que essas vivências têm na vida social e acadêmica desses. Com essa perspectiva inicial, desenvolveu-se uma pesquisa que objetivou construir um perfil de discentes com transtornos mentais do curso de graduação em serviço social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), produzido a partir de dados de discentes matriculados no

ano de 2021. Como objetivos complementares, buscou-se investigar como a experiência universitária contribui para produzir ou agravar esses transtornos, e conhecer como esses estudantes têm acesso, ou não, aos serviços voltados à saúde mental oferecidos por diversas unidades gestoras e acadêmicas da universidade.

Em relação aos aspectos metodológicos, buscou-se fundamentação no método histórico-dialético marxista para a construção do referencial conceitual do estudo, e operativo das técnicas de pesquisa. Para a coleta de dados, utilizou-se de um questionário *on-line*, que buscou na sua elaboração e aplicação uma abordagem quanti-qualitativa, acerca dos principais transtornos mentais que acometem alguns discentes do curso, e conhecer também os agravantes psicológicos que intensificam a condição de saúde mental desses discentes, especialmente na relação com a universidade. Com os dados organizados, analisou-se cada elemento importante para construir um perfil desses discentes, que nos permita conhecer a realidade desses estudantes no contexto da UFRN.

Dessa forma, para socialização dos achados e análises da pesquisa, esse artigo está estruturado da seguinte forma: uma seção que debate a saúde mental e os transtornos mentais. Em seguida, uma breve análise sobre a vivência universitária e suas conexões com a saúde mental de discentes, e por fim, a análise de alguns dados que permitiu a indicação de um perfil discente acometidos por transtornos mentais no curso de serviço social da UFRN.

2. SAÚDE MENTAL E TRANSTORNOS MENTAIS

A forma de entendimento e manutenção da saúde antes, de maneira geral, era majoritariamente voltada em um sentido paliativo e excludente, onde focava-se expressivamente no processo de melhora daquele determinado momento e não nos processos que antecedem o adoecimento. Além disso, como era restrito a uma questão de acesso à renda, a desigualdade social expressava conseqüentemente a

uma desigualdade de manutenção da saúde, como acesso à médicos e medicamentos. Em consequência disso, assim como a saúde de forma geral, a compreensão da saúde mental também estava relacionada à focalização nesse processo saúde-doença, e não como algo que deveria ser preservado e promovido por e para todos. Ou seja, compreendia-se esse processo enquanto dicotomia da saúde se opondo a doença, de forma constante e única, o que gerava um entendimento limitado do tema na sociedade e perpetuava as relações de exclusão social.

No âmbito da saúde mental, especificamente, essa exclusão se dava por meios do afastamento social, a denominada hospitalização dos denominados “doentes mentais”, bem como forte medicalização atrelados a tratamentos ineficientes de se tratar as particularidades médicas de cada um com base em estigmas morais. “Tomado como doente e incapaz, o louco pôde ser mantido isolado para receber o tratamento moral.” (DESVIAT, 1999, p. 17 APUD SOUZA, 2006, p. 157). Dessa maneira, a saúde mental não era devidamente estudada e as ações relacionadas ao tratamento desses indivíduos não eram construídas efetivamente em prol de sua melhoria.

É em função de várias mudanças políticas e conjunturais como a Revolução Francesa (1789-1799) e suas discussões sobre as liberdades individuais e coletivas, críticas ao autoritarismo e formas de controle social, bem como o desenvolvimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) em razão das torturas e perseguições ocorridas na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o crescimento das resistências às ditaduras e democratização dos direitos, que foi se construindo um novo olhar acerca dos direitos básicos dos indivíduos. No Brasil, houve o movimento da Reforma Sanitária, em defesa da democracia, dos direitos sociais e de um novo sistema de saúde, e em consequência a isso, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990.

Em relação à saúde mental, como parte dessa construção, torna-se essencial destacar a criação do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) em 1978 que estava voltado para as denúncias aos vários tipos de violências realizadas nos manicômios, a própria construção dessa criticidade acerca do saber psiquiátrico,

e a todo esse modelo hospitalocêntrico. Houve também a construção coletiva da Reforma Psiquiátrica, que alterou as percepções coletivas sobre o que é saúde mental e seus respectivos tratamentos na praticidade e que até hoje constituem na sociedade a questão dos direitos dos indivíduos com transtorno mental e seu acesso aos tratamentos adequados. Como bem traz Amarante (2013):

O que está se configurando é, certamente, a construção de um novo modo de lidar com o sofrimento mental, acolhendo e cuidando efetivamente dos sujeitos, e a construção, conseqüente, de um novo lugar social para a diversidade, a diferença e o sofrimento mental. (AMARANTE, 2013, p.154).

Nessa perspectiva, é importante, para o estudo da saúde mental, aprofundar o conhecimento acerca dos transtornos mentais na sociedade atual de forma concomitante aos determinantes sociais da saúde. Como bem explica Laurell (1982), “Deve-se buscar a explicação não na biologia ou na técnica médica, mas nas características das formações sociais em cada um dos momentos históricos” (1982, p.5). Dessa maneira, é possível compreender esse fenômeno em uma perspectiva mais total, buscando superar os estigmas excludentes e limitantes dessa antiga perspectiva.

Pode-se compreender dessa maneira que os transtornos mentais implicam em desconfortos e dificuldades que atrapalham a vivência de cada um, tanto em relação ao fator biológico-físico, como em relação às atitudes desencadeadas por eles, independentemente do local de início ou desenvolvimento desses transtornos, que podem ser no âmbito trabalhista, tanto no familiar ou escolar/acadêmico.

É nesse sentido, considerando a potencial amplitude dessa questão em diversos ramos, o presente estudo propõe-se a analisar essa vulnerabilidade em relação ao desenvolvimento e/ou recrudescimento de transtornos mentais que podem vir a atrapalhar o pleno bem-estar mental dos estudantes de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

3. O PROCESSO EDUCATIVO E A VIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA

O processo educativo é uma etapa muito importante socialmente para os cidadãos de forma geral e acarreta diretamente em uma mudança particular e coletiva, pois

está ligado ao desenvolvimento e melhoria do cotidiano material da própria sociedade de forma geral. Por exemplo, o nível de escolaridade alcançada pode-se aumentar ou diminuir muitas oportunidades de trabalho e renda, estando ligada diretamente ao nível de qualidade de vida dos indivíduos, conseqüentemente, a evolução deste processo, ou seja, os níveis mais elevados de educação, são almejados objetivando não apenas uma questão meramente curricular, mas principalmente, uma evolução da própria realidade.

Sobre a importância educacional como bem traz Freire (2008, p. 222) “O direito à educação refere-se ao desenvolvimento intelectual, à obtenção e à ampliação de conhecimento para desenvolvimento psíquico e interação social, sem os quais os homens se aprisionam nas formas desiguais dadas pelas estruturas sociais [...]” Apesar de sua importância, o processo educativo de forma geral, é perpassado por inúmeras dificuldades, tanto de forma individual, quanto coletiva. Sejam eles:

[...] fatores no nível individual e familiar – recursos econômicos, culturais e sociais que o grupo familiar disponibiliza para as crianças e estas convertem em instrumentos de realização escolar (BOURDIEU, 1986) – quanto no nível estrutural – organização do sistema educacional e diferenças regionais, por exemplo –, fazendo com que grupos sociais tenham acessos diferenciados às oportunidades escolares (MONT’ALVÃO, 2008, p. 418)

Para atuar diretamente nessas questões, desenvolveram-se leis e programas como Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Universidade para Todos (Prouni) e Lei Federal nº 12.711/2012, ou, Lei de Cotas, que incentivam e objetivam minimizar essas dificuldades, incluindo mais pessoas nas universidades, lugar de ampliação de seu processo educacional de nível superior.

Apesar disso, antes mesmo da entrada ou durante sua permanência na universidade, são gerados alterações e conflitos que perpassam o cotidiano dos estudantes, sejam questões hormonais, quanto pessoais, como escolher o curso almejado. Além disso, no processo “pré-exame” acumula-se toda a pressão do conhecimento que deve ser adquirido ao longo de todo o ensino médio, que inclusive, por questões sociais, raciais e de renda ocorre de forma muito diferente para grandes parcelas da população.

Além disso, como bem destacam Guimarães e Sampaio (2009) sobre esses determinantes que impactam do desenvolvimento escolar, deve se levar em consideração também a relação familiar, ou seja, o sentimento de segurança e estabilidade relacionado a esse ambiente privado, as motivações e referências pessoais, o acesso à informação, bem como seu acesso à renda ou carga de trabalho.

Concomitante a isso, os estudantes passam por situações de desigualdades econômicas, sociais e raciais e como a universidade é parte integrante da sociedade a qual está inserida, ela não está desvinculada dessas desigualdades, fazendo com que os ingressantes continuem tendo que lidar com essas diferenças.

No contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, isso não é compreendido de forma diferente, pois por compreender o processo de saúde enquanto fator de permanência estudantil, a UFRN vê a saúde como uma questão vinculada a essa qualidade educativa que afeta a todos, por isso, também se compromete com as ações tomadas em relação a esse tema bem como articular-se com outros programas.

Destacam-se enquanto articulações: O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES que tem o objetivo de “[...] financiar o atendimento e cuidado à SM aos/às discentes de universidades federais como a UFRN.” (PINTO, 2021, p.34), a Comissão de Saúde Mental - CSM que tem o “[...] objetivo de elaborar e apresentar diretrizes para proposta de implementação da Política de Saúde Mental de discentes, docentes e servidores da Instituição” (PINTO, 2021, p.37) . Já de maneira institucional, destacam-se de acordo com Pinto (2021): a Divisão de Atenção à Saúde do Estudante - DASE, a Divisão de Assistência Social e Ações de Permanência DASAP, o Núcleo de Apoio ao Discente - NADIS e o Serviço de Psicologia Aplicada - SEPA.

No entanto, através do levantamento de dados acerca dos serviços prestados e seu alcance realizado por Pinto (2021) na UFRN pode-se compreender que apesar dos serviços estarem sendo ofertados, a demanda em relação a eles é muito alta, o que faz com que várias pessoas com transtornos mentais ainda não estejam sendo contempladas com essas ações, ou até mesmo, sejam encaminhadas para serviços

externos à universidade, o que reflete a percepção destes para com as ações da própria instituição.

[...] Observamos uma capacidade de atendimento aquém da necessidade real. Os serviços ainda se apresentam em quantidade insuficiente, além de serem em boa parte pontuais e voltados para tratamento, sendo escassas as estratégias de prevenção e diagnóstico precoce. Observamos uma precária articulação entre os setores. Nos plantões psicológicos, por exemplo, que permitem uma média de 1 a 4 atendimentos por usuário(a), quando há a identificação de necessidade de acompanhamento que não seja ofertado pelo setor, o padrão é encaminhar o/a discente para rede externa à universidade ou para serviços psicológicos particulares que cobram “valor social”, sendo este um serviço com preço que tende a ser mais baixo do que o padrão de mercado, porém ainda sendo um serviço privado que dificulta o acesso (PINTO, 2021, p.45).

Dessa maneira, se evidencia a importância de se conhecer um perfil dos estudantes de serviço social da UFRN com algum transtorno mental e sua relação com a vida universitária. Pois através desse perfil, pode-se apreender algumas das bases desses transtornos, bem como os acessos aos tratamentos que os estudantes estão tendo e que podem contribuir para a construção de melhores estratégias de prevenção e cuidado com a saúde mental dos estudantes de forma geral, tanto no âmbito acadêmico, quanto na questão geral de saúde coletiva.

4. PERFIL DAS/OS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL COM TRANSTORNOS MENTAIS NA UFRN: Uma primeira aproximação da realidade

Através do questionário realizado, orientado pelo método materialista histórico-dialético, foi realizado um levantamento de dados dos estudantes, com perguntas fechadas e abertas sobre o tema, com o intuito de conhecer a realidade de idades, período o qual se encontram, composição familiar, eventuais transtornos mentais, se eles surgiram antes ou depois da entrada na universidade, as possíveis causas de agravamento desses transtornos, os tipos de tratamento que vêm sendo realizados bem como a percepção dos estudantes em relação às ações da universidade nessa área da saúde mental. O questionário foi estruturado de modo on-line em função da pandemia da Covid-19 e foi divulgado no começo do mês de dezembro de 2021 (05/12/2021) até fevereiro de 2022 (17/02/2022) tendo

participação de 51 discentes.

Em relação idade, pode-se analisar que a grande parte dos estudantes de serviço social é formada por jovens adultos, entre 16 e 23 anos (58,9 %). 21,6% (11 respostas) têm entre 24 e 27 anos. 5,9% deles (3 respostas) têm entre 28 e 31 anos e 2% (1 resposta) têm entre 32 e 35 anos. Por fim, 11,8% (6 respostas) se referem a idades variadas, de 37 anos (1 resposta), 40 anos (2 respostas), 41 anos (1 resposta) e 44 anos (2 respostas).

Pode-se observar que 11,8% (6 respostas) dos estudantes que responderam estão no primeiro período. 11,8% estão no segundo, já 9,8% (5 respostas) estão no terceiro, 3,9% (2 respostas) estão no quarto, 3,9% (2 respostas) estão no quinto período, 7,8% (4 respostas) estão no sexto, 13,7% (7 respostas) estão no sétimo, e menos da metade do número de discentes, 31,4% (16 respostas) que responderam encontram-se no 8º período, que seriam os concluintes. pode-se destacar que é nesse período onde ocorrem várias implicações surgem aos estudantes, de forma individual e coletiva, como a conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, finalização de estágios, a pressão acumulada ao longo dos anos, como também em relação a um novo contexto de mudança e/ou possível entrada no mercado de trabalho, dentre outros. Já 3,9% estão no nono e 2% (1 resposta) estão no décimo período.

Sobre a questão da identidade de gênero dos estudantes participantes, 96,1% (49 respostas) se identificaram enquanto mulheres cisgênero e 3,9% (2 respostas) homens cisgênero.

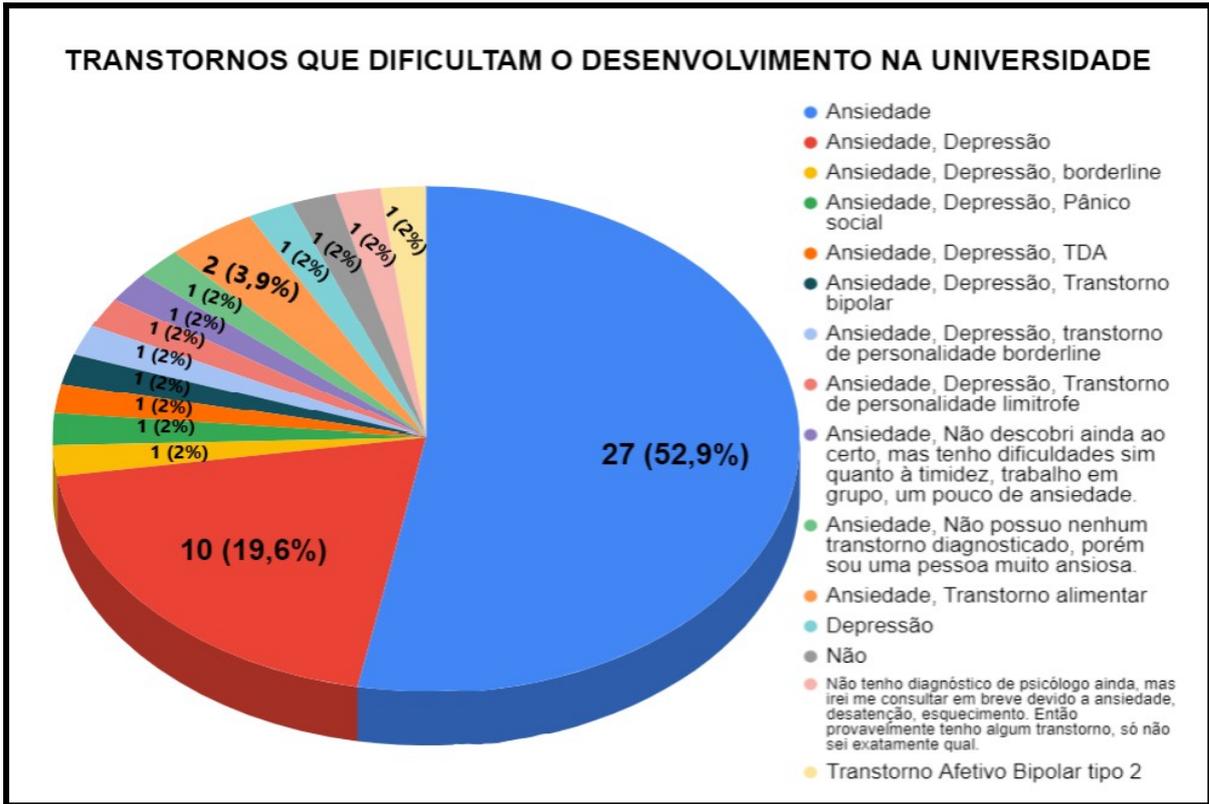
Sobre a relação dos estudantes com a conciliação com o mundo do trabalho, pode-se analisar que 52,9% (27 respostas) dizem trabalhar e 47,1% (24 respostas) não trabalham. É importante nesse sentido analisar as questões pessoais de cada estudante, pois no que diz respeito a sua autonomia financeira, o trabalho é essencial bem como na própria manutenção de si mesmo para com a universidade e outras atividades, pois através do trabalho, o indivíduo consegue melhorar sua condição financeira e familiar e ter acesso a necessidades básicas como comida, saúde, como também a passagens, e/ou outros materiais que o seu curso pode recomendar ou exigir, ou seja, para sustentar a continuidade na universidade,

principalmente para as classes mais baixas da sociedade.

Além disso, é importante destacar que tanto a universidade quanto o trabalho se constituem enquanto ambientes estressores, no que consiste à responsabilidade nas entregas de trabalhos, provas, bem como disponibilidade de horários e pontualidade nessas áreas, que são, de igual modo, essenciais para o pleno desenvolvimento do cidadão, estudante e futuro profissional. Essa carga horária em excesso, como pode-se apreender nas respostas das próximas perguntas, é compreendida pelos estudantes como um fator que influencia negativamente na questão mental, pois faz com que haja muita demanda e pouco tempo para cumpri-las

Já em relação à análise síntese sobre as respostas acerca da composição familiar é que a grande maioria dos estudantes (cerca de 73,9%) que participaram estão inseridos em um grupo familiar de no mínimo 3 pessoas, sendo a sua maioria os pais e os irmãos. Como a pergunta era aberta, houve também alguns comentários para além desses grupos familiares que não ficaram tão nítidos, como ajudar em casa (2,2% - 1 resposta), ser dependente (2,2%), e respostas numéricas, como 5 pessoas (2,2%), 4 pessoas (2,2%) e 3 pessoas (2,2%). A dinâmica familiar com muitas pessoas traz consigo uma grande carga de relações e sentimentos o qual é preciso lidar, como pressão familiar e cobranças em relação à universidade.

Gráfico 1 – Discentes em relação aos transtornos mentais – por resposta (2022)



FONTE: pesquisa direta e elaboração própria.

Com as respostas coletadas acerca dos Transtornos Mentais (por resposta), pode-se analisar que 52,9% (27 respostas) dos estudantes indicaram ter o Transtorno de Ansiedade. Já 2% (1 estudante) diz possuir o transtorno depressivo. Vale salientar, ainda nesse momento da análise, que apesar desses dois estarem mais presentes, muitas vezes eles estão presentes em conjunto a outros transtornos. Cerca de 19,6% dos estudantes (10 respostas) indicam possuir ansiedade em conjunto com a depressão, enquanto 3,9% (2 respostas) dizem ter a

ansiedade em conjunto com transtornos alimentares. Além disso, 6% (3 respostas) deles possuem ansiedade, depressão e transtorno borderline ou limítrofe. Ansiedade, depressão e pânico social, atinge 2% dos estudantes, assim como ansiedade, depressão e TDA - Transtorno do déficit de atenção/hiperatividade, atinge também 2%. Por fim, 6% (3 respostas) dos estudantes acreditam que possuem algum tipo de transtorno pelos sintomas constantes de ansiedade, desatenção, timidez ou até mesmo o esquecimento, apesar de não terem nenhum diagnóstico médico.

Já na análise dos resultados organizados por transtorno pode-se observar que aproximadamente 92,2% dos estudantes, informam possuir transtorno de ansiedade, ou seja, 47 respostas indicam ter esse transtorno seja ela de forma individual ou conjunta a outros transtornos. Já cerca de 33,3% informaram possuir depressão, visto que 17 respostas continham esse transtorno.

Outro ponto importante analisado através das perguntas é a relação entre os transtornos mentais e o ingresso na universidade, onde buscou-se entender se eles consideram ou não a entrada no meio acadêmico como um fator que influenciou, de certa forma, a aparição ou aprofundamento desse diagnóstico mental. Pode-se constatar que 78,4% (40 respostas) dos discentes informaram que antes da entrada na universidade já possuíam transtornos mentais, e 21,6% (11 respostas) informaram que só vieram a desenvolvê-los após a inserção no ensino superior. Ou seja, apesar de ser um ambiente estressor, que traz novas responsabilidades e demandas, para a grande maioria dos estudantes que participaram da pesquisa, esses transtornos ocorreram inicialmente por outros fatores anteriores à universidade, destacando-se a questão familiar e social (Pandemia da Covid-19 a partir de 2020).

Foi abordado também a opinião dos estudantes sobre a universidade enquanto ambiente que pode vir a agravar esses transtornos. Através das respostas, para 94,1% (48 respostas) a universidade seria sim um ambiente que pode vir a agravar essa situação de saúde. Já 5,9% (3 respostas) indicam não entender que a universidade agrave os transtornos mentais já existentes nos discentes.

No que se refere aos fatores agravantes, 28% dos estudantes (14 respostas)

afirmam que lidar com as pressões e cobranças da universidade são os principais fatores. Já para 22% (11 respostas) são as diversas atividades com prazos curtos, bem como a sobrecarga de tarefas e a imediatividade que a instituição pode trazer, fatores esses, que estão diretamente interligados. Já para 12% (6 respostas) destacam que a universidade não leva em consideração os fatores externos a ela, como trabalho, vida pessoal e familiar, estágio, dentre outros.

Pode-se evidenciar que 12% (6 respostas) sentem enquanto agravante a falta de compreensão por parte dos professores e departamento, justamente nesse sentido de compreender a dinamicidade da vida cotidiana e sua relação com a academia. 8% (4 respostas) sinalizam sobre o ensino remoto e o excesso de informações e tarefas que ele implementou, inclusive, destaca-se a própria redução dos semestres, fato esse que aconteceu durante a pandemia da Covid-19. Já para 6% (3 respostas) trouxeram suas perspectivas sobre os períodos de avaliações com a produção de vários documentos e apresentações. Cerca de 4% (2 respostas) levantaram à tona a questão do estresse. Já 2% (1 resposta) citou as diversas situações estressantes, bem como 2% as relações tóxicas que podem surgir do ambiente. Mais 2% citaram que o ato de atrapalhar durante as apresentações pode vir a ser um fator agravante³. Por fim, 2% citou a própria pandemia ⁴e suas inúmeras consequências, bem como o luto ao perder um filho, e a grande sobrecarga de trabalho foram fatores que acabaram por agravar os seus transtornos psicológicos.

Existem alguns fatores que aparecem com maior visibilidade e que merecem destaque para a análise. Em relação às pessoas que desenvolveram transtornos psicológicos antes da entrada na universidade, 50% (7 respostas) enfatizam a conciliação entre a vida acadêmica, a vida pessoal e profissional. Já para 35,7% (5

3A resposta diz respeito a apenas uma discente. Como foi oriunda de um questionário online, não foi possível estabelecer uma conexão com as outras respostas nem compreender a fundo as especificidades de como "atrapalhar durante as apresentações" se materializou para a estudante. Sendo assim, a resposta fica aberta à interpretação.

4É importante destacar que a pandemia da Covid-19 no Brasil aconteceu de forma diferente se comparados a outros países. De acordo com dados do G1, a falta de uma gestão governamental com foco nas diretrizes de saúde pública, fizeram com que o término da pandemia no país acontecesse de forma mais lenta, acarretando em mais mortes, uma vez que até mesmo as medidas de prevenção, não foram efetivamente divulgadas nem incentivadas. Isso fez com que muitas pessoas perdessem entes queridos, acarretando, conseqüentemente, em maiores sentimentos de luto, perda e medo constantes.

respostas) delas afirmam que a pandemia e o ensino remoto com os semestres reduzidos foram primordiais nesse sentido de adoecimento e para 14.3% (2 respostas) informam que a pressão familiar é uma das mais agravadoras.

Já referente aos principais fatores por quem desenvolveu transtornos após a entrada na universidade, 50% (3 respostas) desses estudantes evidenciam a sobrecarga de atividades e a pressão em um período muito curto de tempo, bem como 33.3% (2 respostas) trazem novamente à tona a questão da conciliação entre o trabalho e a universidade, já 16,7% (1 resposta) destaca a dificuldade em relação à apreensão do conteúdo e ao período de avaliações.

Já referente aos tratamentos que os estudantes tinham acesso em relação aos seus transtornos mentais, pode-se perceber que 23,3% (10 respostas) não fazem nenhum tipo de tratamento. Já 23,3% indicaram fazer psicoterapia, enquanto mais 23,3% indicam fazer psicoterapia e uso de medicamentos de forma associada. 16,3% (7 respostas) fazem apenas o uso de medicamentos, 2,3% (1 resposta) psicanálise, e 11,6% (5 respostas) começaram algum tipo de tratamento, mas pararam. Ou seja, cerca de 65,2% indicam fazer algum tipo de tratamento, enquanto 34,8% no presente momento, não o fazem

Continuando a análise dos dados sobre tratamento, apesar de 11,6% deles terem iniciado algum tipo de tratamento, como não deram continuidade, percebe-se que há cerca de 34,9% de estudantes de serviço social que no momento não fazem nenhum tipo de tratamento. Número alto, visto a importância do tratamento no próprio cotidiano estudantil, que pode despertar constante piora em relação aos transtornos.

Por fim, também foi perguntado aos estudantes sobre suas percepções em relação às ações da universidade no acolhimento e acompanhamento psicológico dos discentes. Pode-se indicar que 23,5% (12 respostas) acham essas ações nada satisfatórias, já 39,2% (20 respostas) dos estudantes consideram a política e ações que são desenvolvidas na UFRN pouco satisfatória. Cerca de 29,4% (15 respostas) não conhecem as ações da universidade nesse sentido, e apenas 7,8% (4 75 respostas) dos estudantes que participaram conhecem essas ações e as acham satisfatórias.

O fato de 92,1% dos estudantes não conhecerem ou não se sentirem contemplados por essas ações pode se relacionar com a alta demanda que é posta aos serviços universitários acerca da saúde mental, que como já explicitado, apesar de estarem postos, possuem suas limitações, e com o cotidiano dinâmico que a universidade traz, muitos estudantes podem se sentir desmotivados a continuar a busca pelo tratamento necessário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do estudo realizado, pode-se indicar como grande tendência síntese que, apesar dos discentes que são acometidos por transtornos terem indicado diversos desses, inclusive associados entre si, as vivências predominantes são de transtornos relativos à ansiedade e a depressão. Como exposto, essas são tendências que confirmam indicadores de saúde mais gerais da maioria da população brasileira que têm transtornos mentais. No caso particular dos discentes pesquisados, a grande parte possuía transtornos antes de ingressar na universidade, mas a vivência acadêmica potencializou ou agravou essa condição, levando a um quadro perceptível no contexto universitário.

Devido à alta demanda e limitações existentes nos serviços de saúde oferecidos pela rede pública municipal, no âmbito do SUS, e pela própria UFRN, a maioria dos estudantes que participaram da pesquisa indicaram que não têm acesso aos serviços de acolhimento psicológico e/ou acompanhamento psicológico e psiquiátrico que são ofertados na universidade, pela gestão superior, como ação continuada de assistência estudantil, ou ainda, por algumas unidades acadêmicas, como o Serviço de Psicologia Aplicada (SEPA), do Departamento de Psicologia da UFRN, que seleciona discentes para serem atendidos pela unidade de formação. Entende-se que essa pesquisa pode contribuir para que a Universidade, e especialmente o curso de graduação em serviço social da UFRN, possa debater e encontrar encaminhamentos e ações coletivas que venham a minimizar os danos

que a atual vivência universitária vem imprimindo na vida de alguns discentes, particularmente aqueles que têm um histórico ou uma fragilidade para desenvolver e/ou aprofundar os transtornos mentais.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

Assembleia Geral da ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. (217 [III] A). Paris, 1948.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da saúde pública no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

BIERNATH, André. **'Pandemia No Brasil Foi Diferente Do Resto Do Mundo'** Data da publicação: 29/04/2021. Disponível em: <<https://G1.Globo.Com/Bemestar/Coronavirus/Noticia/2021/04/29/Pandemia-No-Brasil-Foi-Diferente-Do-Resto-Do-Mundo-Diz-Diretora-De-Medicos-Sem-Fronteiras.Ghtml>> Acesso em 28 jun 2022.

CARLESSO, Janaína Pereira Pretto. **Os desafios da vida acadêmica e o sofrimento psíquico dos estudantes universitários**. Universidade Franciscana, Brasil. Research, Society and Development, v. 9, n. 2. 2020.

FREIRE, Angela Biazzi. **Saúde, educação e qualidade de vida**. ConScientiae Saúde. Universidade Nove de Julho, Brasil. São Paulo, vol. 7, núm. 2, p. 221-225, 2008.

GUIMARÃES, Juliana; SAMPAIO, Breno. **Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil**. Econ. aplic. São Paulo: v. 13, n. 1, p. 45-68, JANEIRO-MARÇO 2009.

LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. **Revista Latinoamericana de Salud**. Tradução de E. D. Nunes. México, 1982.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS -5ª EDIÇÃO DSM -5. American Psychiatric Association. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MONT'ALVÃO, A. L. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. **Revista Educação & Sociedade**, v.35, n.127, p.417-441, 2014.

SOUZA, Renilson Rehen de. **O Sistema Público de Saúde Brasileiro**. In: Seminário Internacional Tendências e Desafios dos Sistemas de Saúde nas Américas, São Paulo, Brasil ,11 a 14 ago. 2002. Brasília, 2002.

PINTO, Sarah Cristina de Oliveira. **Adoecimento mental e ensino superior: uma análise do direito à saúde mental dos/das discentes de graduação da UFRN**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social. Natal, RN, 2021.

UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. **Serviço de Psicologia aplicada**. 2021. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/sepa/>. Acesso em: 29 mai. 2022.

,